

## ÍNDICE GERAL

• Prólogo .....	5
• Nota prévia .....	7
• Abreviaturas utilizadas .....	11

INTRODUÇÃO .....	13
------------------	----

## PARTE I ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO I	
A tutela provisória e cautelar .....	19

SECÇÃO I	
Noção de medidas provisórias e cautelares .....	20

SUBSECÇÃO I	
Análise de direito comparado .....	22
A. Direito Francês .....	22
B. Direito Suíço .....	29
C. Direito Inglês .....	31
D. Direito Espanhol .....	37
E. Direito Português .....	40

SUBSECÇÃO II	
A classificação a adoptar .....	47

SUBSECÇÃO III	
Noção funcional de medida provisória e cautelar .....	50
• Conclusões .....	53
CAPÍTULO II	
<b>Algumas notas sobre arbitragem</b> .....	55
SECÇÃO I	
Delimitação da noção de arbitragem .....	56
SUBSECÇÃO I	
Noção de arbitragem .....	57
SUBSECÇÃO II	
O carácter internacional da arbitragem .....	76
SECÇÃO II	
A arbitrabilidade do litígio .....	84
SECÇÃO III	
A convenção de arbitragem .....	99
SUBSECÇÃO I	
Da lei aplicável à convenção de arbitragem .....	117
SUBSECÇÃO II	
Validade da convenção de arbitragem .....	123
SUBSECÇÃO III	
Os efeitos da convenção de arbitragem .....	131
• Conclusões .....	148
CAPÍTULO III	
<b>As contingências do poder do árbitro</b> .....	151
SECÇÃO I	
A função jurisdicional clássica <i>versus</i> função arbitral .....	152
SECÇÃO II	
Algumas considerações sobre a natureza jurídica da arbitragem <i>versus</i> poder do árbitro .....	162

SUBSECÇÃO I	
O chamado efeito negativo da convenção de arbitragem .....	167
SECÇÃO III	
Limites gerais aos poderes do árbitro .....	174
SUBSECÇÃO I	
O significado da ausência de <i>lex fori</i> para o árbitro internacional .....	175
SUBSECÇÃO II	
A ausência de <i>ius imperium</i> .....	180
SUBSECÇÃO III	
A maior ou menor elasticidade dos poderes do árbitro .....	186
SUBSECÇÃO IV	
O respeito pelos princípios processuais da lei da sede da arbitragem .	191
SUBSECÇÃO V	
O possível afastamento das normas estaduais para a solução do litígio .	193
• Conclusões .....	211
PARTE II	
MEDIDAS CAUTELARES	
E ARBITRAGEM DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	
CAPÍTULO IV	
<b>A competência do árbitro para decretar medidas provisórias e cautelares</b> .....	217
SECÇÃO I	
Razões para o árbitro decretar medidas provisórias e cautelares .....	219
SUBSECÇÃO I	
A vontade das partes como fundamento da tutela cautelar arbitral .....	223
§ 1.º – Os poderes do árbitro em alguns regulamentos de arbitragem .....	224
§ 2.º – Uma referência ao regulamento de <i>référé</i> pré-arbitral da C.C.I. ....	228
§ 3.º – Os poderes do árbitro nos direitos nacionais .....	229
	477

SUBSECÇÃO II	
O silêncio das partes .....	241
§ 1.º – A teoria dos poderes implícitos .....	241
§ 2.º – A teoria dos poderes inerentes .....	246
SECÇÃO II	
Competência do árbitro <i>versus</i> instrumentos financeiros .....	247
SECÇÃO III	
Da pseudo competência exclusiva do árbitro no âmbito das medidas provisórias e cautelares .....	262
SUBSECÇÃO I	
Análise jurisprudencial .....	266
SUBSECÇÃO II	
A posição da doutrina .....	275
SUBSECÇÃO III	
O artigo 26.º da Convenção de Washington de 1965 .....	280
SUBSECÇÃO IV	
A posição da doutrina face ao artigo 26.º da Convenção de Washington .....	287
SECÇÃO IV	
A renúncia voluntária à competência judiciária .....	292
• Conclusões .....	301
CAPÍTULO V	
<b>A competência do juiz para decretar medidas provisórias e cautelares     (O equilíbrio de competências)</b> .....	303
SECÇÃO I	
O problema nos vários ordenamentos referenciados .....	305
SECÇÃO II	
Breve referência a alguns regulamentos de arbitragem .....	329

## SECÇÃO III

A necessária intervenção dos juizes (o equilíbrio de competências) ..... 332

## SECÇÃO IV

As medidas ordenadas pelo juiz ..... 337

• Conclusões ..... 340

## PARTE III

### A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS E CAUTELARES – A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUIZ

## CAPÍTULO VI

A execução de medidas provisórias e cautelares nacionais ..... 345

### SECÇÃO I

A execução de medidas provisórias e cautelares  
proferidas por um tribunal arbitral nacional ..... 346

#### SUBSECÇÃO I

Direito francês ..... 348

#### SUBSECÇÃO II

Direito inglês ..... 350

#### SUBSECÇÃO III

Direito suíço ..... 352

#### SUBSECÇÃO IV

Direito espanhol ..... 356

#### SUBSECÇÃO V

Direito português ..... 359

### SECÇÃO II

A execução de medidas provisórias e cautelares  
decretadas por um juiz nacional no âmbito de uma arbitragem ..... 360

• Conclusões ..... 362

## CAPÍTULO VII

### A execução de medidas provisórias e cautelares

proferidas no estrangeiro ..... 365

#### SECÇÃO I

A execução de medidas provisórias e cautelares

proferidas por tribunal arbitral situado no estrangeiro ..... 365

##### SUBSECÇÃO I

A problemática da noção de sentença na Convenção de Nova Iorque ... 369

##### SUBSECÇÃO II

O *exequatur* em outros instrumentos internacionais ..... 379

#### SECÇÃO II

A execução de medidas provisórias e cautelares

proferidas por um juiz estrangeiro no âmbito de uma arbitragem ..... 388

##### SUBSECÇÃO I

A situação anterior à Convenção de Bruxelas e à Convenção de Lugano 388

##### SUBSECÇÃO II

O reconhecimento e execução das medidas provisórias e cautelares

segundo as Convenções de Bruxelas e Lugano ..... 392

##### SUBSECÇÃO III

A eficácia e os pressupostos do artigo 31.º do Regulamento 44/2001 ... 428

• Conclusões ..... 437

• **Conclusões Gerais** ..... 441

• **Bibliografia** ..... 445

• **Jurisprudência citada** ..... 469

• **Índice Geral** ..... 475